

Da reação à prevenção

A Iniciativa Liberal apresenta uma reforma da Lei de Bases da Proteção Civil, um quadro legal que está muito desatualizado face aos riscos do século XXI. Nove anos depois de Pedrógão, e após o apagão e o comboio de tempestades, parte de um diagnóstico claro: o sistema atual é **demasiado reativo, centralizado e afastado do cidadão**. A proposta de reforma da IL assenta em 7 eixos estruturantes.



1 Passar da reação à prevenção

O modelo atual concentra-se quase exclusivamente na resposta operacional. A IL propõe uma lógica preventiva e de resiliência, com avaliação permanente de riscos e uma cultura de autoproteção — mais racional financeiramente e mais eficaz socialmente. A atividade organiza-se em quatro ciclos integrados:

Prevenção → Preparação → Resposta → Recuperação

2 Proteger infraestruturas críticas

O apagão e a depressão Kristin mostraram riscos ausentes da lei atual. A reforma define e protege infraestruturas críticas — **energia, água, comunicações, saúde, abastecimento alimentar** — e reforça os deveres de continuidade dos serviços essenciais em emergência ou crise.

3 Cidadão informado e ativo

O cidadão deixa de ser objeto passivo do Estado e passa a agente ativo de proteção civil, com direito à **informação verdadeira e atempada**, ao conhecimento dos riscos locais e à participação no planeamento. Menos paternalismo, mais cidadania responsável.

4 Atualizar a lei para os riscos do século XXI

A lei vigente só conhece dois conceitos — «acidente grave» e «catástrofe» — e não enquadra pandemias, crises prolongadas, ameaças híbridas ou riscos sistémicos. A reforma cria uma taxonomia de riscos atualizada e uma hierarquia moderna de níveis de emergência:

Prevenção Reforçada → Alerta → Contingência → Calamidade → Ruptura Crítica → Recuperação

5 Proximidade territorial

A proteção civil aproxima-se do território: o **município** é a primeira linha de proximidade, o nível **intermunicipal** responde a riscos que atravessam concelhos e o **Estado** assume uma função estratégica, mas complementar.

6 Comando e responsabilidade claros

Fim da ambiguidade institucional: **quem decide, quem coordena, quem executa, quem coopera e quem responde**. Maior clareza entre direção política, coordenação estratégica, comando operacional e responsabilidade institucional.

7 Recuperação como fase própria

A emergência não acaba quando sai da atenção pública — é depois que as populações ficam mais esquecidas: famílias desalojadas, comunidades isoladas, serviços por restabelecer, apoios difíceis de aceder. A recuperação passa a fase própria da proteção civil: **apoiar populações, restabelecer serviços, reparar danos e reduzir vulnerabilidades futuras**.